



Coleção
MINEIRIANA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

50 ANOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA:

*trajetórias de trabalho, projetos e contribuições para o
desenvolvimento de Minas Gerais*

Aparecida Maciel da Silva Shikida
(Organizadora)

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro
2022

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador

Romeu Zema Neto

Vice-governador

Paulo Eduardo Rocha Brant

Secretário de Estado de Planejamento e

Gestão (Seplag)

Otto Alexandre Levy Reis (janeiro de 2019 a
abril de 2021)

Alameda das Acácias, 70 – São Luiz

31.275-150 – Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3448-9400

Home page: <http://www.fjp.mg.gov.br>

Fundação João Pinheiro – FJP

Presidente

Helger Marra Lopes

Vice-presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Todos os direitos reservados. Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da Fundação João Pinheiro.

F981 Fundação João Pinheiro – 50 anos de história e memória [recurso eletrônico] : trajetórias de trabalho, projetos e contribuições para o desenvolvimento de Minas Gerais / organizado por Aparecida Maciel da Silva Shikida. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022.
529 p. : il. (Coleção Mineiriana).
Formato: PDF

ISBN 978-65-88757-06-2 [recurso eletrônico]

1. Fundação João Pinheiro – História. I. Shikida, Aparecida Maciel da Silva.

CDU 061.61 FJP

1970 A 1973 - O DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO CENTRALIZADO E A INSERÇÃO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO NO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - A CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO

Helena Teixeira Magalhães Soares¹⁶

Este texto objetiva apresentar a fase inicial de funcionamento da Fundação João Pinheiro (FJP) entre os anos de 1970 e 1973. A análise perpassa brevemente pela contextualização social e histórica do cenário internacional a partir dos anos 1930, assinalando mudanças referentes ao papel dos Estados na economia e que, do ponto de vista histórico e científico, repercutirá fortemente nos aspectos políticos, econômicos e sociais do Brasil nas décadas seguintes.

Em Minas Gerais, na década de 1960, vários elementos de delineamento estatal tiveram influência desse cenário internacional. Isso culminou na criação de um sistema de planejamento do Estado, com vários órgãos e entre eles a FJP, criada em 1969. Serão tratados neste capítulo os anos imediatos a essa criação e as interlocuções com a conjuntura internacional.

¹⁶ Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro e professora na Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho.

1 Antecedentes históricos e desafios para inovações na ciência

O marco histórico do planejamento para o desenvolvimento econômico foi a crise de 1929, que contemplou minimamente a existência da dimensão social no contexto da gestão econômica e política.

No Brasil, já em 1923, verifica-se uma mudança de paradigma no que se refere ao desempenho do Estado perante a sociedade. Na busca de superar uma atuação restrita a práticas focais, vê-se, por exemplo, a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (Lei Eloy Chaves), voltadas para os trabalhadores das empresas de ferro, entre outras ações realizadas no período.

Em meados dos anos de 1930, o pensamento econômico apresentado por John Maynard Keynes em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicado originalmente em 1936 pela coleção *Os Economistas*, implicou reconhecer o papel do Estado na economia para a continuidade da roda de produção e consumo. Pela teoria keynesiana, a capacidade de investimento depende da possibilidade de acesso a meios de pagamento e não à reserva monetária ou chamada poupança, como definia a visão econômica clássica. Nesse sentido, aponta-se para o Estado o papel de interventor pelas políticas sociais na realização de investimentos. Esse novo paradigma para a ciência econômica, respalda o segundo marco histórico, ou seja, a posição do Estado norte-americano ao extrapolar suas fronteiras rumo ao planejamento dos outros Estados.

O segundo marco histórico refere-se ao deslocamento do pensamento norte-americano em relação ao liberalismo econômico até então veementemente defendido. O conjunto de medidas econômicas deflagradas pelo governo de Roosevelt (1933-1945), intitulado *New Deal*, levou ao reposicionamento do Estado no desenvolvimento econômico.

Os Estados Unidos assumiram o protagonismo do liberalismo econômico mundial mediante a Guerra Fria (1947-1991), tendo adotado como uma de suas estratégias a criação de instituições especializadas em planejamento para o desenvolvimento econômico e social em países latino

americanos. Trata-se de proposta similar à da Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 30 de abril de 1948, que atuava em favor desse do modelo econômico liberal norte-americano. Em paralelo, foram criadas agências responsáveis pela implementação e pelo monitoramento dos planos. As instituições de excelência e as agências reguladoras contribuíram para um novo delineamento do percurso da gestão pública em nível setorial, regional e nacional.

No campo da ciência, com a crise de 1929, atrelou-se o conhecimento ao crescimento econômico, porém os EUA e a Europa apresentaram medidas econômicas restritivas para os países tidos como subdesenvolvidos. Uma delas refere-se ao Acordo Geral de Comércio e Tarifas – *General Agreement on Trade and Tariffs* (Gatt), que estabelecia cotas e elevação de tarifas, assinado por 23 países, um deles o Brasil, em 30 de outubro de 1947, em Genebra.

Nesse contexto acirrado pelos entraves ideológicos em escala mundial e acordos internacionais com restrições comerciais e pela conjuntura interna do país em função das instabilidades econômicas e sociais – produção agrícola pós-escravagista – Minas Gerais sentia diretamente os desdobramentos. No esforço de mudança de cenário, em 1947, o governador Milton Soares Campos (Milton Campos) implantou o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, a “primeira tentativa de planejamento econômico sistêmico na esfera estadual no Brasil” (PAULA, 2016, p. 1076).

Em 1951, surge a iniciativa de organização de um sistema de planejamento no estado com a criação do Conselho Estadual de Economia e Administração, instalado, porém, somente em 1959. No percurso para o desenvolvimento, o governador Juscelino Kubitschek de Oliveira (1951-1955), com o *slogan* “Energia e Transporte”, criou a empresa Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), versão brasileira da *Tennessee Valley Authority* (TVA), empresa norte-americana especializada em planejamento e desenvolvimento regional. Para o autor Bernardo Novais da Mata Machado (2016, p.20), “já desde a origem, a Cemig é uma instituição de planejamento, e não só de produção de energia. [...] Ela dá início a uma metodologia de elaboração de projetos no modelo que os bancos internacionais exigiam na época”.

Em 1961, foi criada a Coordenação dos Assuntos do Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, com breve existência.

Em 1965, foi criada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico. Em 1966, ela elaborou proposta de constituição de um sistema estadual de planejamento constituído pelo Conselho Estadual de Planejamento, encarregado de definir as diretrizes básicas da política de planejamento do estado, enquanto o Gabinete de Planejamento, Coordenação e Controle cuidaria dos aspectos técnicos do planejamento (MEDEIROS, 1966 *apud* PAULA, 2016, p. 1077).

Nesse mesmo ano, a OEA aprovou a Carta de Punta del Este. Também chamada “Aliança para o Progresso”, ela trouxe evidências da dilatação das relações econômicas entre esses países por meio das instituições financeiras internacionais e dos Estados Unidos. O presidente Costa e Silva (1967-1969) criou o Plano de Ação Concentrada (PAC), parte integrante do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED 1968/1970), cuja função principal foi a coordenação das unidades federativas para desenvolvimento de ações em prol do progresso.

As restrições para fomento de pequenas e médias empresas por parte do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e as disputas internas com o setor agrário foram as principais causas para a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) em 1962, pelo então governador José de Magalhães Pinto (Magalhães Pinto). A instituição foi resultado da articulação com o empresariado industrial mineiro representado na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Anos mais tarde, o BDMG será a instituição origem da FJP.

Os condicionantes econômicos externos e a desarticulação entre os setores econômicos internos constituíam-se em entraves para a articulação de um sistema de planejamento de políticas no país. A partir da iniciativa do Governo federal em investimento na inovação científica, por intermédio de uma política de financiamento em ciência e tecnologia, a fim de prover a modernização do parque industrial do país, fortalece-se a necessidade de instituições de planejamento. Em 1963, com a criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec) no Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES) e, posteriormente, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em 1967, é erguido o esteio do sistema de planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais.

Em 1967, o governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro da Silva, nomeia Hindemburgo Pereira Diniz para a Presidência do BDMG em um contexto de crise política em Brasília, onde Diniz exercia a Presidência do Correio Brasiliense. A primeira iniciativa foi a liberação de venda de 50% das ações das empresas estaduais que não tinham controle total como Usiminas, Petrobrás, a Cia Vale do Rio Doce e a Cemig, atraindo investidores como o Banco de Crédito Real do Estado de Minas Gerais S.A. (Credireal) e agentes internacionais.

Em 1968, o BDMG elaborou o Diagnóstico da Economia Mineira que apontou a necessidade de diversificação nos espaços econômicos de Minas Gerais. Em parceria com a Cemig, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi) que tinha como objetivo atrair investimentos produtivos para o estado. Juntos BDMG, Indi e a Companhia de Distritos Industriais (CDI), que era responsável pela administração dos novos distritos industriais, formaram o tripé que impulsionou a industrialização de Minas Gerais (WERNECK, 2009).

O *Diagnóstico da Economia Mineira* reunia importância política, econômica e social e tornou-se o instrumento técnico que subsidiou decisões governamentais visando ao desenvolvimento:

O *Diagnóstico da Economia Mineira* deve ser considerado marco por quatro razões principais: i. por sua abrangência e profundidade temática e espacial, já que se trata de volumoso conjunto de estudos sobre a formação econômica e social de Minas Gerais; ii. por ser o primeiro grande documento do BDMG que, em 1968, contava com apenas seis anos de criação e atuação; iii. pelo número e pelo perfil dos técnicos que se dedicaram a sua produção, inclusive pela importância do documento como fator de fortalecimento do poder da tecnocracia mineira, em detrimento da elite política; iv. pela grande repercussão que obteve após sua publicação, uma vez que reforçou concepção

de empobrecimento relativo de Minas e de sua exploração por outras unidades da Federação (DINIZ, 1981 *apud* GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2010, p. 2).

Além de importantes estudos para a economia mineira, a equipe do BDMG assumiu também o acompanhamento das aplicações que garantiam a credibilidade das empresas estaduais frente ao Governo federal. No entanto, esse papel cumulativo de agência financeira e de planejamento gerou divergências internas e configurou o que o presidente da instituição chamou de lucro zero e lucro bancário.

O conflito que dá origem à FJP é um conflito entre o grupo bancário, que acha que o banco necessita ser lucrativo, e o grupo orientado pelo Fernando Reis, do Departamento de Estudos e Planejamento (DEP), que acha que o banco precisa crescer com o crescimento da economia do estado de Minas Gerais, emprestando recurso para fomentá-lo (MACHADO, 2016. p. 26).

Já em 1969, o BDMG realizou o estudo *Análise do Setor Público de Minas Gerais*. Seus resultados induziram a articulação com o Escritório Técnico de Racionalização Administrativa (Etra) e o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED) para a proposição de um projeto lei de criação de uma “fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, administração e da tecnologia básica e social.” (FJP, 1979, p. 9). Fazia-se necessário um órgão com domínio estatístico a fim de contribuir para a melhoria das análises de risco e retorno. Em 12 de setembro de 1969, foi aprovado o projeto lei proposto para criação da Fundação João Pinheiro (FJP), a Lei nº 5.399, com as seguintes atribuições:

- I. planejamento do desenvolvimento estadual, envolvendo estudo, pesquisa e programação econômico-social, inclusive estudo de oportunidade de investimento;
- II. estudo de pesquisa, divulgação e aplicação de métodos e técnicas de organização racional do trabalho e processamento de dados por sistemas mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos;
- III. execução de serviços de geografia e estatística;

IV. execução de projetos de pesquisa e prestação de serviços no campo da tecnologia social básica;

V. ensino, por meio de cursos afins com as atividades contidas nos itens anteriores. (FJP, [1971], p. 1).



Cerimônia de instalação da Fundação João Pinheiro – 1970

Da esquerda para direita: o governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro da Silva; o ministro João Paulo dos Reis Veloso; o ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima; e Pio Soares Canedo, entre outros

Fonte: RI-FJP/MG

Em 25 de agosto de 1970, a FJP instala-se oficialmente. Parafraseando o historiador Ronaldo Couto (2014), a FJP foi a institucionalização de um centro de excelência de estudos e propostas de interesse da economia mineira que já nascia vocacionada para essa missão.

2 Protagonistas, mais que pioneiros!

O corpo técnico que compunha o DEP no BDMG tornou-se referência positiva para o projeto da FJP. Como ratificou Diniz (2018, p.30) “Vou tirar o DEP todinho, vou aproveitar essa gente, e essa gente não tem igual no Brasil inteiro, porque a estrutura de economista no banco era melhor do que a do BNDES”. O pensamento idealizado por Diniz (2018), tendo como referência a base econômica do BDMG, era conceber, como primeira ideia, uma espécie de “*holding* de fundaçõeszinhas”, uma na área tecnológica, outra na administrativa, outra na econômica.

A partir do feito, alguns membros da equipe do BDMG foram absorvidos na composição de cargos da FJP, em especial os profissionais do DEP. Segundo Machado (2016, p.27), “Para que ela sobreviva, é previsto na lei de criação uma porcentagem do lucro anual do BDMG para a Fundação João Pinheiro”. Marneu Ferreira Starling assumiu a Vice-Presidência da parte econômica, e Silviano Cançado de Azevedo inicialmente o apoiou nos trabalhos de estruturação da instituição, tendo em seguida sucedido Hindemburgo Pereira Diniz no banco.

Reunião na Fundação João Pinheiro entre o presidente, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, Silviano Cançado de Azevedo e Marneu Ferreira Starling e técnicos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para apresentação dos trabalhos concluídos pela instituição – 1971

Fonte: RI-FJP/MG



Por ser criada como instituição de direito privado, porém com fomento de dinheiro público, coube o acúmulo da Presidência do BDMG e da FJP, tendo Hindemburgo Pereira Diniz assumido a cadeira em setembro de 1970 até março de 1971. Para ele, o papel da FJP era distinto do trabalho das instituições de ensino superior. Ela exigia que profissionais se dedicassem integralmente a estudos em favor do desenvolvimento do estado, com reconhecimento e apoio para essa tarefa importante. Em consonância com a legislação da época, a formação das equipes de trabalho e a estruturação interna da FJP eram de livre arbítrio dos gestores, dado o caráter de direito privado que perdurou até a Constituição de 1988. Entre 16 de março e 21 de setembro de 1971, Paulo Valadares Versiani Caldeira, vice-presidente no mandato anterior, respondeu interinamente pela Presidência da FJP.

É em 1971 que Rondon Pacheco assume como governador de Minas Gerais e convida Luís de Oliveira Castro para presidir a FJP. O convite a Luiz de Oliveira Castro para a Presidência

derivou da convivência profissional com Paulo José de Lima Vieira, escolhido para ser secretário de desenvolvimento, ex-chefe do Indi e colaborador do órgão no estudo de criação do Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec):

Desde maio de 1970, a Fundação João Pinheiro já fizera estudos preliminares sobre um órgão de estudos e pesquisas no campo da tecnologia que dispusesse, inclusive, de capacidade experimental. Apresentou um projeto ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral para a obtenção de recursos do Programa de Ciência e Tecnologia Miniplan-CNPq-BID (FJP, [1971], p. 26).

Em 23 de setembro do mesmo ano, Luís de Oliveira Castro assume a Presidência, permanecendo até 11 de junho de 1974. Esse período, entre 1971 e 1974, ficou conhecido como tríplice diretoria, marcado pelas diretrizes rumo ao avanço econômico e social de Minas Gerais. A FJP desenvolveu estudos em diversas áreas como saúde, saneamento, transporte e educação e prestou apoio aos municípios na gestão de recursos.

Ainda em 1971, foi lançada a *Revista Fundação JP*, produzida pelo Setor de Informação da Diretoria de Comunicação. Foi a primeira publicação com divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela instituição e outros órgãos do Governo estadual. Essa produção foi importante para a projeção da instituição no cenário brasileiro, com tiragem em torno de seis mil exemplares, que circulavam nos principais centros nacionais e internacionais, distribuída em 21 países.

A Lei nº 5.792, de 8 de outubro de 1971, que criou o Sistema Estadual de Planejamento, trouxe a definição da vinculação da Fundação João Pinheiro com o Conselho Estadual do Desenvolvimento (CED).

A inovação se fez presente nos trabalhos iniciais da instituição conforme definiu o presidente Luís de Oliveira Castro:

Eu era sempre assaltado, digamos assim, pelos jovens que trabalhavam lá. Porque todos eles muito desejosos de seguir em frente, de fazer coisa, de realizar. Estão sempre

inventando maneiras, modos de tocar para frente. Os rapazes (os diretores), às vezes até muito novos, mas eufóricos, trabalhadores, pujantes (CASTRO, 2008 p.13).

No período do governo de Rondon Pacheco (1971-1975), ventilou-se a proposição de fechamento da FJP, sob justificativa de dificuldades financeiras para a manutenção da máquina estatal, o que foi arduamente combatido dentro das áreas governamentais em face da capacidade institucional e de sua importância para o próprio estado nos cenários nacional e internacional.

A FJP era fruto do *Diagnóstico da Economia Mineira* de 1968, tendo sido estruturada a partir do ideário nascido na parceria entre o DEP e o *Instituto Latinoamericano Y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes)*, órgão de importante influência no planejamento econômico e social da América Latina. Ressalta-se que o Ilpes é um instituto permanente e com identidade própria, pertencente à Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (Cepal).

No período anterior à criação da FJP, ainda nos anos 1960, havia sido firmado um convênio com a Secretaria Estadual da Fazenda e o Conselho Estadual de Desenvolvimento com o objetivo de contribuir com os governos para o desenvolvimento econômico e social e apoiá-los por intermédio do aperfeiçoamento das instituições:

descentralização das atividades industriais, por meio de incentivos fiscais, creditícios e infraestruturais. Para isto entraria em uma o BDMG com os financiamentos e projetos, a Secretaria da Fazenda e os municípios com a promoção de facilidades e isenções fiscais, o Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi)¹⁷ faria estudos de oportunidades industriais, e a Companhia de Distritos Industriais (CDI) ofereceria a infraestrutura em forma de Distritos Industriais [...] (SIQUEIRA, 2001, p. 93-94 *apud* PAULA, 2016, p, 1082).

A equipe de técnicos do Ilpes se juntou aos profissionais do DEP e criou metodologias de planejamento e gestão. A dissolução do grupo do DEP do BDMG para a primeira composição

17 O Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi), atualmente se chama Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais. <https://www.indi.mg.gov.br/o-indi/sobre-o-indi-2/>

de técnicos da FJP significou também a incorporação do conhecimento contido nos trabalhos desenvolvidos junto ao Ilpes.

Nas palavras do primeiro presidente da instituição, Hindemburgo Diniz (2018, p.53), “A FJP aproveitou o pessoal. Não só isso, aproveitou as ideias” e em outubro de 1970, os projetos de desenvolvimento do estado de Minas Gerais passam a ser de responsabilidade da FJP:

A Fundação João Pinheiro assina convênio com o Conselho Estadual de Desenvolvimento, visando à definição de uma estratégia de desenvolvimento para Minas Gerais. Passou à alçada da FJP em 26 de outubro de 1970 e foi a principal frente de trabalho na área de pesquisa econômica e social. [...] Esse convênio, de que participa também o Instituto Latino Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), órgão da Cepal/ONU que contribuiu com os estudos (FJP, [1971]).

Nos seus primórdios, a FJP assume a execução do convênio entre o BDMG, o Conselho Estadual do Desenvolvimento (CED) e a Secretaria da Fazenda. Ele também contemplava a participação do Ilpes e foi impulsionador da criação do sistema de indicadores, tendo como referência o *Diagnóstico da Economia Mineira*. O sistema foi consolidado entre setembro de 1970 e setembro de 1971, respaldado no contrato tripartite entre BDMG, Ministério da Fazenda e Banco Central do Brasil.

Nesse período, os técnicos elaboraram uma metodologia para o diagnóstico urbano que permitiu avaliar as necessidades de investimentos a partir de uma configuração espacial com polos de desenvolvimento do estado. Tratava-se de um novo padrão espacial para o crescimento estadual. Desse estudo, desdobraram-se análises de regiões macroeconômicas, como o relatório sobre o Núcleo Polarizador no Sul de Minas de 1970 (FJP, [1971]).

Pelo CED, os técnicos realizaram estudo sobre os planos de aplicação do Fundo de Participação dos Municípios com população de mais de 75 mil habitantes na época, resultando em um manual de aplicação das quotas.

No cenário desenvolvimentista, a passagem da economia de caráter agrícola à urbana e industrial desafiava o Governo estadual a propor alternativas de incremento da produção agropecuária. Buscando garantir a correlação positiva dos dois setores, os agentes governamentais propuseram a implantação de uma política de incentivo à produção com substituição gradativa do processo artesanal para a tecnológica. Dessa forma, o setor agrícola tornou-se um mercado de consumo da indústria nacional e fornecedor de insumo e para consumo da população simultaneamente.

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, evidenciava a estruturação da economia brasileira via sistema financeiro, potencializada a partir de 1970. No cumprimento da exigência feita pelo Banco Central, a FJP apresentou estudos de suporte ao modelo financeiro, como o documento *Diretrizes para Aplicação do Crédito Rural em Minas Gerais* e *O Suplemento de Mecanização dos Procedimentos Agrícolas* (FJP, [1971]). Realizou também a revisão do programa financeiro da agroindústria açucareira de Minas Gerais, proposto pela Cooperativa dos Produtores do Açúcar de Minas Gerais (Copaminas).

Quanto ao setor industrial, a FJP realizou estudos sobre as perspectivas de mercado de produção de ferro gusa em Minas Gerais (1971) e apresentou propostas para a expansão e melhoria da qualidade da produção. Outro estudo refere-se à vocação industrial da área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do *Programa de Reativação Industrial* (FJP, [1971]). Os diagnósticos da área industrial abarcaram indústrias do setor têxtil que haviam paralisado suas atividades nos cinco anos anteriores. Característica comum aos casos analisados foi a fragilidade em termos de competência de gestão, como na Companhia Fiação e Tecelagem Sarmento, na Companhia Mineira de Várias Indústrias (FJP, [1971]), localizada em Capim Branco, entre outras. Estudo feito por Costa (2016) sobre a crise da Companhia Fiação e Tecidos Sarmento ratifica tal análise:

O maquinário ultrapassado e a precariedade no fornecimento de energia para alimentar a fábrica, aliados à falta de habilidade na gestão do empreendimento por parte dos

diretores, foram aspectos decisivos nos rumos que a Companhia tomou na década de 1960 em direção à falência (COSTA, 2016, p. 58).

Tais análises contribuíram para a formulação de propostas, realizadas pelos técnicos da FJP, de capacitação do empresariado mineiro.

Diante desse quadro, no mandato do presidente Luís de Oliveira Castro, a FJP celebrou o convênio com a Universidade de Colúmbia com o objetivo de realizar treinamentos para os empresários em Minas Gerais. Essa iniciativa redundou na criação do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), responsável pela oferta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão na área de administração na FJP (FJP, [1971]).

[...] Nós fizemos alguns cursos com apoio da Universidade de Columbia. É claro que isso custava muito dinheiro. Mas eu acho que foi bom pra agitar o meio. [...] A Fundação João Pinheiro mandou vários rapazes pra fazer mestrado nos Estados Unidos em administração (CASTRO, 2008, p.18).



Assinatura do convênio entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e a Universidade de Columbia para planejamento e implantação do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) – 1971

Vê-se o professor Garland Chester Owens representando a Universidade de Columbia; Luis de Oliveira Castro, presidente da Fundação João Pinheiro; Felipe Erasmo Cabral, Couros Monadjemi e Sdat Ozmen, técnicos da Fundação João Pinheiro (FJP)

Fonte: RI-FJP/MG

Por iniciativa do Governo federal, no percurso para a consolidação de projetos desenvolvimentistas, o *Programa de Cidades Históricas (PCH)* foi implementado em 1973. Sob

a supervisão do Ministério do Planejamento, o programa apresentou uma nova concepção na maneira de abordar as cidades históricas. Elas passaram a ser consideradas detentoras do potencial de produtoras de capital, alicerçado no patrimônio cultural. Nessa vertente, as cidades históricas assumiram a vocação de gerar o seu desenvolvimento econômico por meio da atividade turística.

A FJP inseriu em sua estrutura interna a equipe de profissionais que configurariam o Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU), que depois passou a ser o Centro de Economia e Estudos Urbanos (CEEU) em 1972. A primeira tarefa dessa equipe foi a realização do *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento das Cidades de Ouro Preto e Mariana*. Ele marcou a inserção de historiadores e profissionais de áreas similares que reconhecem na releitura de fatos sociais e históricos a possibilidade de compreensão do mundo. A partir desses projetos, a FJP foi se tornando referência especializada no estudo e planejamento do desenvolvimento regional, em função também da inclusão de informações sociais e históricas nos estudos e nas pesquisas.

Outro departamento importante da instituição foi o Centro de Recursos Naturais (CRN). Ele desenvolveu trabalhos na área de seleção e levantamento ambiental de florestas e de regiões de Minas Gerais. Foram realizados estudos como o levantamento das formações vegetais da área territorial, para o *Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região do Nordeste de Minas Gerais (Prodevale)*, que objetivou subsidiar os pequenos produtores rurais. Também foram feitos levantamentos da área para seleção de glebas com potencial de se tornarem distritos agroindustriais e um levantamento de aspectos físicos de limites do parque florestal do Rio Doce.

Na gestão de Paulo Valadares, o último departamento interno criado foi o Centro de Processamento de Dados. A equipe técnica desse departamento ficou responsável pelo desenvolvimento do programa de atuação integrada da indústria açucareira da região Centro-oeste do estado de Minas Gerais. Também nessa gestão se deu o plano inicial para a instalação do Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec-MG) em março de 1972, realizado em parceria com o Indi (FJP, [1971]):

[...] adequado aproveitamento de recursos naturais brasileiros [...] a tecnologia deve ser apresentada (para a população) dentro de um contexto econômico e eventualmente social, que demonstre as vantagens decorrentes de seu emprego. (FJP, 1971, p. 10).

Em 9 de novembro de 1973, o governador Rondon Pacheco assina o Decreto Lei nº 15.819, que reconhece a Fundação João Pinheiro como entidade de utilidade pública.

Muitos feitos e muitas realizações. Na releitura da história, fatos e eventos convergiram para as deliberações institucionais. No entanto, é necessário reconhecer a orientação racional feita por homens como fator aglutinador, senão agente propositor dos processos. Nas palavras de Luís de Oliveira Castro (2008, p.18), o corpo técnico qualificado sedimentou a instituição desde os seus primórdios como referência no cenário do estado e do país: “Ela [a Fundação João Pinheiro] ia empurrando o presidente pra frente”.

Por meio de sua diretoria e de seu corpo técnico, a Casa elaborou e disseminou projetos que culminaram na formulação de políticas públicas e sua institucionalização.

O primeiro deles tratou do Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel), em 1972, que resultou na criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 1974. O Plambel foi a primeira experiência de planejamento integrado a partir da elaboração de diagnósticos e planos de desenvolvimento realizados pelo corpo técnico da FJP.

Em 1968, havia sido criado o Escritório de Planejamento Urbano de Contagem (Epuc), que realizou estudos cujas análises foram decisivas para a construção da represa Vargem das Flores num consórcio entre as cidades de Contagem e Betim, a instalação da Central de Abastecimento da área metropolitana (Ceasa) e do Centro Industrial de Contagem (Cinco). Com base no artigo 157 da Constituição de 1967, que permitia à União criar regiões metropolitanas, iniciou-se o esforço para a estruturação de uma instituição cujo objetivo fosse desenhar a região metropolitana de Belo Horizonte. Em meio às disputas entre as consultorias contratadas pelo governo municipal na época e

a CED, o governador Rondon Pacheco delegou à FJP a elaboração do plano metropolitano. Essa equipe dará origem ao Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel).



Governador de Minas Gerais Rondon Pacheco assina contrato com a FJP para elaboração do Plano Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte pelo Plambel (1971). Vê-se, à esquerda, o prefeito de Belo Horizonte, Oswald Pieruccetti, Rondon Pacheco, o secretário de Planejamento, Paulo José de Lima Vieira, o presidente da FJP, Luís de Oliveira Castro, e, discursando, o coordenador do Plambel, Gilson de Assis Dayrell

Fonte: RI-FJP/MG

Outra instituição tecnocrática impulsionada pelos trabalhos da FJP foi o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em 1972. Inicialmente, havia sido celebrado um contrato com o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, que concebeu o Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais, alterado depois para Sebrae. A criação de uma instituição de amparo ao pequeno e médio empreendedor originou-se das iniciativas do BNDES que, anos antes, em 1964, criou o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme) e o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec). Estudos posteriores realizados pela FJP com a finalidade de diagnosticar o potencial e os desafios das empresas de médio porte para maior contribuição com o desenvolvimento econômico contribuíram para a proposição da referida instituição de fomento às micro e pequenas empresas.

Parafraseando Diniz (1981), a concepção de desenvolvimento incentivada pelo capital internacional, em consonância com os grupos nacionais, adotada pelos gestores mineiros na época,

evidenciou o predomínio da racionalização do crescimento econômico, o que exigia um corpo técnico qualificado que contribuísse sistematicamente para a gestão das políticas públicas em nível estadual. A FJP materializou um importante papel de proposição do planejamento das políticas econômicas e sociais de Minas Gerais, atenta a cada tempo e contexto da época, referendada pelo processo sócio histórico brasileiro e assim, das instituições de planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais.

Referências

- AMARAL, Daniel Furlan. **Efeitos do fim do Acordo Multifibras sobre a produção e o emprego dos setores têxtil e de vestuário no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.
- CASTRO, Luís de Oliveira. Belo Horizonte, 17 de setembro de 2008. Entrevista concedida a Mário Cléber Martins Lanna Júnior e Maria Valeska Duarte Drummond.
- COSTA, S. M. F. **A crise da “Companhia Fiação e Tecidos Sarmento”**: memórias e narrativas operárias: São João Nepomuceno/MG, 1960-1971. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DINIZ, Hindemburgo Pereira. Belo Horizonte, 4 de julho de 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel Shikida e Bernardo Novaes da Mata Machado.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades da Fundação João Pinheiro no período de 1971 a 1974**. Belo Horizonte: FJP, 1974.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fundação João Pinheiro**: notícia histórica, áreas de atuação, trabalhos realizados. Belo Horizonte: 1979. 93 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informe**: atividades set. 1970 / set. 1971. Belo Horizonte: FJP, [1971]. 41 f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento>.

php?iCodigo=53180&codUsuario=0. Acesso em: 19 nov. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano para instalação de um centro tecnológico em Minas Gerais.** Belo Horizonte: FJP, [1971]. 64 f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=43308>. Acesso em: 4 maio 2020.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. Da arte de conhecer as doenças: o *diagnóstico da economia mineira* de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 343-388, 2010.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. Belo Horizonte, 15 de julho de 2016. Entrevista concedida a Aparecida Maciel Shikida e Mirna Chiari.

PAULA, João Antônio de FACE/UFMG, BDMG e Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, 2016, p. 1075-1095.

SAFAR, G. H.; DIAS, M. R. A. C. Design e planejamento econômico: a criação do Setor de Desenho Industrial do Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC, na década de 1970. **Estudos em Design**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 87-101, [2017]. Disponível em: <https://estudosemdesign.emnuvens.com.br/design/article/view/486>. Acesso em: 4 maio 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. Ciência e tecnologia na década perdida: o que aprendemos? *In*: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (ed.). **Lições da Década de 80**. São Paulo: EDUSP-UNRISD, 1995. p. 241-266.

WERNECK, Caio Alves. **Bancos de desenvolvimento e regiões subdesenvolvidas**: uma análise da atuação do BDMG na região de baixo dinamismo econômico. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração Pública). Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009.